

HIPÓLITO CORREIA, Virgílio, *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade*, Anexos de Conimbriga nº6, Coimbra, 2013, 417 pp: ISBN 978-989-95954-4-6.

Os anexos da revista *Conimbriga* publicaram recentemente um importante trabalho de investigação, resultado da dissertação de doutoramento de Virgílio Hipólito Correia apresentada à Universidade de Coimbra em 2011. Desde já realço esta circunstância e felicito o autor pela oportunidade que lhe foi concedida de disponibilizar o fruto de longos anos de investigação, o que nem sempre sucede. A obra consta, para além da secção formal respeitante aos agradecimentos e à apresentação da mesma, que coube a Jorge de Alarcão, de uma introdução (pp.17-44), de duas partes (pp.45-362) e de conclusões (pp.363-386), terminando com uma extensa bibliografia (pp.387-412), onde encontramos presenças e ausências inesperadas, precedendo o índice das ilustrações (pp.413-417). O corpo principal da obra é, naturalmente, constituído pelas duas partes referidas: *Os edifícios domésticos em Conimbriga* (pp.45-180); *A análise da arquitectura doméstica* (pp.181-362). O aspecto gráfico do volume, sem ser excepcional, não prejudica a leitura, nem dificulta particularmente a interpretação das ilustrações, de qualidade um tanto desigual, por vezes difíceis de interpretar devido a reduções excessivas. Aliás, devo sublinhar que os progressos da publicação *on-line* perturbam a aceitação de padrões que agora podem parecer de menor qualidade.

O conteúdo do trabalho de Virgílio Correia ultrapassa largamente o que o título pode sugerir, pois não se trata exclusivamente de uma análise arqueológica da, até agora, ainda pouco conhecida arquitectura doméstica de Conímbriga, antes envolvendo pertinentes aspectos culturais, ausentes de grande parte das publicações arqueológicas. Como é evidente a amplitude de temas abordados na obra não me permite referi-los com pormenor, sugerindo a todos os interessados na arquitectura e na história cultural e institucional de Roma a sua leitura atenta, leitura nem sempre fácil, diga-se de passagem. A investigação desenvolvida por Virgílio Correia assenta na análise de 27 construções domésticas, mas não exclusivamente habitacionais, número invulgar no panorama das cidades romanas de Portugal. Todavia, e o próprio autor reconhece essa realidade (p.42), parte destas edificações suscitam problemas de interpretação e mesmo de classificação tipológica, suficientes para sugerir cautela no momento de extrair conclusões de ordem geral.

O autor aborda o modelo clássico da cidade romana de planta ortogonal, bem conhecido na Itália e noutras regiões, mas não contempla de forma clara um aspecto essencial da questão, o da diferença de escala e de funções dessas cidades, nem sempre criadas *ab initio*. Os exemplos de *Ostia* e de *Pompeios* não podem ser considerados a par, uma vez que se trata de centros urbanos com características funcionais bem distintas, ainda que tenham marcado longamente a concepção do que deveria ser a cidade romana⁷, da mesma forma que o caso de *Fregellae*, cidade destruída em 125 a.C., se revela pouco útil. Não esqueçamos que o desenvolvimento de *Conimbriga* é tardio, atingindo o auge nos inícios do século II, fenómeno perfeitamente de acordo com o ritmo da romanização do território português, como pode confirmar-se, por exemplo, através do estudo da epigrafia religiosa indígena, que teve o seu *floruit* no mesmo período.

O levantamento das situações conhecidas na Hispânia, mais directamente relacionadas com a evolução do urbanismo romano em Portugal, cujo arranque se deve situar nos últimos tempos da República, sublinha o razoável conhecimento dos traçados urbanos e, simultaneamente, a escassez de testemunhos da arquitectura doméstica, ainda que em algumas dessas cidades, como *Lucus*, *Asturica* ou *Ammaia* a bibliografia disponível, mas não utilizada, tivesse permitido acrescentar alguma coisa ao pouco conhecido. É certo que todas estas cidades foram construídas de raiz, o que não sucedeu em *Conimbriga*, o que aliás se verificou noutros locais, sem aplicação de uma grelha ortogonal, como em *Mirobriga*. O autor refere o valor dos dados obtidos através de métodos geofísicos na obtenção dos esquemas urbanísticos mas a sua observação de que apenas permitem conhecer as plantas, choca-se com o facto de que da maioria das estruturas domésticas de *Conimbriga* pouco mais se conhece.

Virgílio Correia distingue, naturalmente, o lugar específico no cenário urbano que cabe aos monumentos públicos e às construções domésticas, as primeiras mais dependentes de modelos oficiais e da mensagem que estes pretendem transmitir, os segundos mais dependentes de hábitos, gostos e condicionalismos locais, bem evidentes numa província como a Lusitânia, onde libertos e indígenas mais ou menos romanizados constituíam, pelo menos durante o Alto Império, a parte mais significativa da população. O reduzido

7 I. A. Richmond, *The Archaeology of the Roman Empire: A Scheme of Study*, An Inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 14 May 1957, Oxford, 1957, pp.5-6.

número de senadores oriundos da província, onde apenas se registam duas colónias e um município de cidadãos romanos, comprova exemplarmente esta circunstância. Como outros investigadores já assinalaram, nota-se por vezes um certo arcaísmo na arquitectura lusitana, doméstica e pública, o que talvez explique as coberturas planas utilizadas nos criptopórticos conimbrigenses (p.226), em vez das normais coberturas abobadadas, a exemplo do que se regista no anfiteatro augustano de Nîmes.

Ocupa-se também o autor do significado real das designações *domus* e *insula* (pp.323-327), admitindo que o primeiro teve um uso mais alargado do que lhe é atribuído na arqueologia romana, invocando para tal o exemplo de habitações de Briteiros identificadas epigraficamente como *domus*. Ora, se estas habitações não eram concordantes tipologicamente com o modelo da *domus* itálica, não é menos verdade que se trata de habitações individuais, isoladas, não sendo possível a partir deste exemplo sugerir a existência de várias *domus* na mesma *insula*, entendida aqui como edifício e não como quarteirão. Aliás, casas como a dos Repuxos e a dita de Cantaber não deixam dúvidas quanto à tipologia da *domus*. O estudo dos edifícios domésticos permitiu a Virgílio Correia identificar aspectos interessantes, alguns deles não referidos em estudos anteriores, como é o caso da utilização alargada de soalhos de madeira e, no caso dos jardins domésticos, a possibilidade de alguns deles terem os canteiros decorados com elementos não florais (pp.136-137), algo no género dos jardins japoneses (*Karesansui*).

Sem negar a importância social da imagem que se pretende transmitir pela casa, mesmo em ambientes provinciais, parece-me exagerado relacionar, de forma tão íntima como o fez Virgílio Correia, os valores políticos da cultura romana com os edifícios domésticos (pp.247-288). Embora este capítulo da obra se revista de grande interesse devo sublinhar que tais ideias correspondem no essencial ao período republicano e foram apanágio de uma minoria populacional. Recordo a evidente ignorância do liberto Trimalcão, a quem não faltava dinheiro, perante a cultura geral da época e a amarga reflexão de Tácito a propósito dos *costumes do tempo*⁸, que já pouco tinham a ver com o respeito absoluto pelo *mos maiorum*. Admito que para alguns, poucos, a casa tenha sido um meio de afirmação, por razões culturais, mas porque sempre assim acontece quando há estatuto e riqueza, normalmente associadas, tanto mais que no caso do exercício de magistraturas na Urbe esta associação estava estabelecida juridicamente. A absorção generalizada

8 Tácito, *Germania*, 19.

de valores culturais romanos materializados na arquitectura doméstica de *Conimbriga* parece-me algo que, em parte, necessita de explicação mais aprofundada. Da mesma forma, a simplificação dos temas mitológicos na decoração musiva da Casa dos Repuxos sugere que se trata de qualquer coisa como versões *ad usum delphini*, passe a expressão, ainda que se lhe possa ver um discurso lógico (pp.289-308). Nesta mesma casa não é fácil interpretar o auriga como uma representação do *Sol Invictus* (p.297), considerando que o mosaico pertence ao século II, período no qual este culto quase não tem ainda testemunhos (*CIL* VI 715).

Outro problema em aberto é o da classificação como *scholae* de alguns edifícios de pequenas dimensões, cinco no total, o que, mesmo considerando a comprovada existência de *collegia* na cidade, parece uma percentagem muito elevada para um total de 27 edifícios (p.327-333). Creio que a estrutura junto às latrinas do forum, até pela sua localização, é a que melhor se adapta a esta classificação, provavelmente extensível à construção com mosaicos decorados com um gládio, um tridente e a malha de rede dos gladiadores, este como elemento principal do pavimento (pp.116-118, 332-333). Uma vez mais a falta de espólio dificulta uma interpretação objectiva destes edifícios ou partes de edifícios, de há muito considerados como um problema arqueológico⁹. Interessa-me particularmente a análise do edifício 21, a *Insula do Aqueduto*. O autor admite que possa tratar-se de uma estalagem (pp.126-132), muito bem implantada junto a um *trivium* viário e perto do limite edificado da cidade, mesmo antes do Baixo-Império. Creio que o edifício, de razoáveis dimensões, deveria ser estudado juntamente com as termas que lhe ficam anexas, cuja construção original recai também no século I. A identificação com a *mansio* de *Conimbriga*, que não seria obrigatoriamente um edifício estatal, pois sabemos que as estações viárias eram frequentemente geridas por particulares mediante concessão, não me parece ser hipótese desprezível.

Virgílio Correia propõe que, dos 22 hectares que atribui à cidade, metade não tenha sido ocupada, circunstância que se identifica nas origens de *Bracara* e também em *Lucus*. A partir desta conclusão e recorrendo a complicados cálculos, arrisca para *Conimbriga* uma população total de cerca de 5500 pessoas (p.351-356), o que me parece aceitável, embora algo modesto, sobretudo se considerarmos, como seria o caso, a presença

9 J. R. Díaz-Pinés, *Las sedes de corporaciones en el mundo romano: un problema de identificación arqueológica*, *Anales de Arqueología Cordobesa*, 6, 1995, pp.29-78.

de residentes estabelecidos na área entre as duas muralhas. Mas todos conhecemos as dificuldades da demografia histórica¹⁰, mesmo para cidades como Roma, pelo que tais cálculos, sobretudo quando resta tanto a escavar e o *corpus* epigráfico é modesto, devem permanecer *sub judice*. No topo da população encontrava-se um reduzido grupo de notáveis, esmagadoramente de origem indígena, cuja riqueza o autor atribui, em parte, às actividades de construção. É quase certo que assim sucedeu, mas não podemos afirmar, a partir da difusão regional de certos materiais, que existiu um predomínio absoluto deste ou daquele fabricante conimbrigense. Por outro lado, os notáveis devem investir no fundiário, por razões de prestígio social e para atingirem a quantia necessária ao exercício de magistraturas em cidades provinciais, soma para a qual a posse de uma casa urbana parece insuficiente para o cômputo do capital. O conhecido caso do ceifeiro de *Mactaris*, no Norte de África (*CIL* VIII 11824), faculta um excelente exemplo de como se constituiu grande parte deste grupo de pequenos proprietários candidatos às magistraturas. Também neste caso não me parece que a situação em *Conimbriga*, tanto quanto é possível conhecê-la, seja especialmente original, tanto mais que a mobilidade social era uma constante da sociedade romana e quase uma necessidade em territórios de recente urbanização.

Um assunto que o autor parece evitar é o do estatuto jurídico de *Conimbriga* e sua evolução, ainda que faça referência ao conselho municipal (p.378). Esta questão leva-nos à génese da cidade romanizada, sob Augusto. Aqui, como noutros locais, a constituição das *civitates*, com intenção de enquadrar e estabilizar as populações indígenas, levou a uma iniciativa do poder central, visível no equipamento urbano atribuível aos inícios do Império, provavelmente pouco depois da reforma definitiva da Lusitânia. Virgílio Correia propõe uma *contributio* e mesmo uma organização em *vici* urbanos, onde se teriam estabelecido grupos gentílicos das redondezas, alguns conhecidos através da epigrafia (pp.189-191). Não creio que, tratando-se de uma povoação que já existia e onde se respeitou a trama viária, que preferimos ao termo cadastro, que pode induzir em erro, se tivesse verificado tal operação, demasiadamente complexa para a realidade local.

Com Augusto temos, portanto, uma cidade “à romana”, pelo menos no essencial. Devo recordar que a implantação do forum, absolutamente alheia ao traçado dos arruamentos do *oppidum*, mostra uma orientação coincidente

10 V. G. Mantas, *População e mobilidade nas cidades romanas de Portugal*, As Cidades na História: População, II, Guimarães, 2013, pp. 97-128.

com um cadastro rural, cujos traços são evidentes nas fotografias aéreas de 1958, o qual abrange parte do território da *civitas*, sugerindo uma limitada operação de organização urbana e territorial. Como noutros casos, esta cidade só pode ter tido um estatuto peregrino, bem conhecido em *Igaedis* ou *Ammaia*. O facto de contar com uma muralha honorífica, concordante com o plano de renovação urbana incluindo aqueduto, forum e termas, não obsta a esta realidade jurídica. Mas a cidade procurou rapidamente apoios externos, sustentadores de acções mecénicas, que se reflectem na presença de um patrono de *Conimbriga* em Roma, em época júlio-cláudia¹¹, que o autor não refere, mecenas talvez relacionável com a renovação do forum por essa época, difícil de aceitar por parte de alguns arqueólogos.

A fase de grandes trabalhos que se seguiram à concessão do direito latino no último quartel do século I, com a substituição do forum por um santuário, deve ser relacionada, evidentemente, com este sucesso político, aliás reflectido no topónimo oficial da cidade a partir desse momento: *Flavia Conimbriga*. Porém, continuamos sem prova cabal de que todas estas promoções tenham conduzido automaticamente ao título municipal, que me parece mais um título honorífico, como *Res Publica*, do que um estatuto propriamente dito. Não há possibilidade de desenvolver aqui esta complicada questão, tanto mais que Virgílio Correia parece optar pela equivalência automática.

O autor ocupa-se também do problema do conceito romanização (pp.363-367), e com ele terminarei a minha apreciação deste importante trabalho de investigação. Muito maltratado pelas ondas de choque de fenómenos políticos do século passado¹², merece revisão imparcial e sem recorrer a anacronismos que pouco têm a ver com as realidades do mundo romano. É um facto reconhecido que duas culturas em contacto levam a que se imite a do elemento dominador quando esta, do ponto de vista civilizacional, é francamente superior, pelo que não vale a pena desenvolver sofismas quanto a este aspecto. Não só os notáveis de *Conimbriga* moldaram a sua vida quotidiana à imagem romana, e o estudo das *domus* senhoriais efectuado por Virgílio Correia demonstra-o plenamente, como a população comum, e a divisão *Honestiores* / *Humiliores* parece-me insuficiente, não

11 Silvio Panciera, *Domus a Roma. Altri contributi alla loro inventariazione*, Serta Antiqua et Mediaevalia, VI, Roma, 2003, pp.368-374.

12 D. J. Mattingly (ed.), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*, Portsmouth (RI), 1997.

deixou, de acordo com as suas possibilidades, de desenvolver um processo de imitação que, de uma ou de outra forma, contribuiu para a aceitação geral do Édito de 212. A romanização resume-se, não tanto à enculturação defendida pelo autor, mas a uma aculturação bivalente e tacitamente aceite pelas duas partes, mas não de forma passiva. Romain Gary compreendeu bem a essência do problema¹³, não sendo historiador, e eu próprio vivi uma esclarecedora experiência africana.

O Baixo-Império corresponde também em *Conimbriga* a um período de transformações, físicas, com uma nova morfologia urbana, seguramente económicas, mas onde tenho dificuldade de vislumbrar o resultado de um fluxo migratório de notáveis ou dos seus capitais (p.384), transformações ideológicas, inevitáveis resultados do “socialismo” tetrárquico e do cristianismo triunfante. Estas questões, muito pertinentes, encontram algum eco no trabalho de Virgílio Correia, mas parecem-me um pouco prejudicadas pela teoria da originalidade sempre defendida ao longo da obra, redigida a salvo do Acordo Ortográfico que arbitrariamente nos impõem. Diz Jorge de Alarcão, e di-lo bem, que *será obra de referência principal na bibliografia, já farta, sobre Conimbriga* (p.6). Como todas as obras de referência será sempre um ponto de partida para novas reflexões, que levem ao alargamento do conhecimento da cidade e ao respeito pelas suas ruínas, salvaguardando-as de novas “requalificações”.

VASCO GIL MANTAS

Universidade de Coimbra

vgmantas@yahoo.com

http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_67_22

LAUDANI, Carmela, a cura: *Nazario. Panegirico in onore di Costantino* (Bari, Cacucci Editore, 2014) 463 p. ISBN 97888-6611-405-5.

Esta é uma edição do texto latino do chamado *Panegírico de Constantino*, atribuído a Nazário e datado de 321 d.C. Inserido na chamada literatura panegírica, este é um texto da Antiguidade Tardia, todavia frequentemente comparado ao panegírico de Trajano, feito por Plínio-o-Moço.

13 Romain Gary, *As raízes do céu*, Lisboa, 1973, pp. 298-299.